

CESE – Comité Económico e Social Europeu

Relatório do ano 2015/2016

Cronologia

Para o mandato do CESE que ocorre entre 2015 e 2020, os membros do CESE indigitados pela UGT começaram as suas atividades numa sessão de enquadramento que ocorreu em 22 e 23 de setembro de 2015, tendo iniciado formalmente funções no quadro da sessão plenária do comité de 6, 7 e 8 de outubro de 2015.

No quadro desta sessão de instalação do comité para um novo mandato, procedeu-se à eleição do seu presidente para o biénio de 2015/2017, tendo a escolha recaído sobre um sindicalista, Georgios Dassis, da Grécia; como Vice-Presidente, foi eleito pela primeira vez um português, Gonçalo Lobo Xavier, do Grupo dos Empregadores – de que faz parte indigitado pela CIP.

Enquanto designados por uma organização sindical, ambos os delegados da UGT integram o Grupo II do Comité, o dos Trabalhadores.

Por opção, ambos os delegados integraram durante o primeiro ano de mandato, as mesmas secções especializadas, a saber a de Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania (SOC) e a da União Económica e Monetária e Coesão Económica e Social (ECO).

Até ao final do mês de julho de 2016, ambos os delegados participaram em todas as sessões plenárias, ocorridas nas seguintes datas: 6 e 7 de outubro; 9 e 10 de dezembro; 20 e 21 de janeiro; 17 e 18 de fevereiro; 16 e 17 de março; 27 e 28 de abril; 25 e 26 de maio; 13 e 14 de julho. Todas as sessões plenárias foram antecedidas de reuniões do Grupo dos Trabalhadores.

O Grupo dos Trabalhadores realizou ainda sessões extraordinárias de trabalho, em 4 de novembro e 1 de fevereiro, ambas em Bruxelas, e uma outra em Haia, no dia 31 de maio, sendo que nesta última participou apenas o membro Carlos Silva, tendo João Dias da Silva justificado a sua ausência em razão de reunião negocial com o Ministério da Educação, na mesma data.

Ainda no mesmo período de tempo de outubro de 2015 a julho de 2016, participaram nas reuniões das secções especializadas de que fazem parte, nas seguintes datas:

Da secção especializada de Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania (SOC): 19 de novembro de 2015; 14 de dezembro de 2015; 28 de janeiro de 2016; 24 de fevereiro de 2016; 4 de abril de 2016; 12 de maio de 2016; 28 de junho de 2016;

Da secção especializada da União Económica e Monetária e Coesão Económica e Social (ECO): 26 de novembro de 2015; 16 de dezembro de 2015; 26 de janeiro de 2016; 14 de abril de 2016; 12 e 13 de maio de 2016; 29 de junho de 2016.

O trabalho no Grupo dos Trabalhadores

As reuniões do Grupo II tiveram como objetivo primordial a articulação de todos os seus membros em relação aos pareceres a serem apreciados e votados nas sessões plenárias, para além de terem permitido a apreciação da situação política e social em cada ocasião e a determinação das prioridades para a intervenção do Grupo, ou seja, quais os critérios identificados para servirem de guião para o trabalho que realizamos.

Na primeira linha de prioridades, foi definido o fortalecimento da democracia dentro da União e o crescimento do sentido de pertença dos cidadãos à União Europeia. Este objetivo só pode ser conseguido através do estabelecimento sistemático e nos mais diversos planos e domínios, dos espaços de participação e intervenção dos cidadãos na formulação das políticas, na sua aplicação e na sua avaliação permanente. Aliás, é neste quadro que ao comité incumbe, nos seus pareceres, garantir sempre a inserção desta preocupação, como expressão fundamental do que aqui nos cabe defender, e que é a intervenção da sociedade civil na construção e no fortalecimento da UE. E nesta matéria o nosso grupo tem responsabilidades acrescidas.

Depois, o crescimento, o desenvolvimento e o emprego de qualidade, o trabalho digno. Este é um outro critério que nos serve como orientação básica para apreciar as iniciativas legislativas e para fundamentar as nossas recomendações. A preocupação permanente em relação às condições que possibilitam o bem-estar de todos é o mote que nos move na rejeição da austeridade como caminho preferencial para superar as dificuldades económicas e financeiras transitórias.

Seguidamente, outro critério é o da educação e formação contínua de qualidade, com profissionais competentes, respeitados e valorizados. Não há crescimento sem educação e formação de qualidade, e estas só se conseguem com profissionais empenhados, mobilizados, conscientes das suas responsabilidades e apoiados nas suas tarefas.

Também temos de ter presentes as preocupações de um desenvolvimento sustentável. Em concreto, os temas essenciais que marcaram esses debates foram os seguintes: a afirmação da importância do pilar social europeu, posto em causa particularmente nos anos mais recentes em função de uma perspetiva económico-financeira dominante e com especial incidência em países como a Grécia, a Espanha e Portugal; a designada crise dos refugiados e a defesa do espaço Schengen, como expressão efetiva da concretização dos valores da liberdade e da solidariedade, através da participação de membros do Grupo nas missões realizadas junto de campos de acolhimento de refugiados, e ainda através da rejeição de mecanismos que emergem no sentido da restrição do acesso ao espaço Schengen; a perspetiva, concretizada em fim de ano de trabalho, da rejeição, por referendo, da participação do Reino Unido na União Europeia, com especial denúncia de políticas europeias que desmobilizam os cidadãos europeus em relação à União, por se afastarem em demasiadas circunstâncias dos seus valores

fundadores; a importância da Conferência do Clima, em Paris, e particularmente das suas conclusões, e da expressa vontade de contribuir para a sua concretização.

O trabalho nas secções especializadas

No âmbito da SOC as áreas dominantes selecionadas para o trabalho do ano foram: o investimento, nomeadamente o social, para um crescimento mais inclusivo, emprego de qualidade e investimento no capital humano; o respeito pelos direitos fundamentais e as migrações, asilo e integração. A questão das migrações ocupou tempo de debate significativo, sendo tratada em várias sessões e incidindo sobre a agenda europeia das migrações, a integração dos refugiados, com destaque para o papel da sociedade civil; uma mobilidade laboral justa na EU.

A secção analisou ainda alguns temas interessantes: os direitos das vítimas; a luta contra a pobreza; a agenda europeia para a segurança; a lei europeia da acessibilidade; a evolução da natureza das relações laborais e o seu impacto na manutenção de um salário digno; a conferência europeia sobre a demência.

A secção debateu ainda

- com a DG Educação e Cultura, Martine Reicherts, sobre as políticas da Comissão Europeia em matéria de juventude, educação e formação,

- o relatório conjunto sobre educação e formação 2020;
- o relatório da UE de 2015 sobre a juventude;
- a apresentação dos programas anuais de trabalho do Eurofund e do Cedefop;
- a celebração do Dia Internacional dos Ciganos.

No âmbito da ECO, foi grande a variedade de temas tratados, sintetizando-se aqui:

- o plano de ação para uma tributação mais justa das empresas;
- o plano de ação sobre a União dos Mercados de Capitais;
- a agenda urbana da EU;
- o aprofundamento da União Económica e Monetária:
- os conselhos nacionais para a competitividade;
- as obrigações de transparência aplicáveis às empresas;
- o plano de ação sobre o IVA

Em debate com a secção esteve também o comissário responsável pela estabilidade financeira, serviços financeiros e União dos Mercados e Capitais, Jonathan Hill;

Avaliação

No final deste primeiro ano de mandato, e para além do registo das reuniões em que se desdobra o Comité, importa deixar algumas observações e apreciações sobre o trabalho desenvolvido.

Assim, regista-se positivamente que da parte da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus tenha havido a preocupação de manter algum contacto com os 12 membros que constituem o grupo português no comité, tendo endereçado convites para a sua participação em várias iniciativas, sendo de destacar um encontro de trabalho com a Secretária de Estado, Dra. Margarida Marques, em fevereiro de 2016.

Sublinha-se com destaque a preocupação que o Vice-Presidente Gonçalo Lobo Xavier tem mantido em que com alguma regularidade os membros da delegação nacional possam encontrar-se, para partilha de perspetivas relativamente ao funcionamento e atividade do comité e à participação dos membros nacionais.

Também se regista positivamente a iniciativa levada a cabo pela CAP, no quadro da Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, de um debate, no dia 11 de junho, sobre “A importância da sociedade civil na Europa”, e em que participou o membro João Dias da Silva.

Neste breve balanço do primeiro ano em que qualquer um dos atuais delegados participa nesta instituição europeia, é de sublinhar:

- a importância da existência do Comité – o que nem sempre é reconhecido, quer a nível nacional, quer a nível internacional -, particularmente por ser constituído maioritariamente por membros que continuam a desempenhar atividade social e política nos seus países, constituindo o espaço de elaboração, em diálogo social, da opinião da sociedade civil em relação à dinâmica, ao ritmo e ao conteúdo da construção da união europeia;
- a elevada diversidade de temas sobre os quais o Comité é chamado a pronunciar-se, nos termos dos Tratados em vigor, a que acrescem as iniciativas próprias;
- a dificuldade de assumir individualmente uma plena abrangência de todos os temas tratados pelo comité, o que aliás nem é formalmente possível, uma vez que cada membro só pode integrar duas das seis secções especializadas existentes;
- o reconhecimento da importância do CESE e dos seus contributos por parte da Comissão Europeia, o que é visível pela disponibilidade que os vários Comissários

demonstraram para intervirem nas sessões plenárias e mesmo em sessões das secções especializadas;

- a necessidade de se aumentar a visibilidade do CESE em termos nacionais, nomeadamente ao nível do conhecimento dos pareceres aprovados;
- a ampla democraticidade do funcionamento interno e a forte coesão do Grupo dos Trabalhadores;

Orientação para o futuro

Em relação ao segundo ano do mandato, ambos os membros concordaram em que a sua participação seja reorganizada, de modo que o delegado João Dias da Silva deixe de integrar a secção ECO, passando eventualmente para a secção REX, o que exigirá articulação com a direcção do Grupo dos Trabalhadores.

Lisboa, 31 de agosto de 2016